

A GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRAL DE PERNAMBUCO: IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

MARIA CLÁUDIA FERREIRA DE ANDRADE – PUC-CAMPINAS

mariaclaudiapsicopedagoga@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer uma reflexão sobre as ações desencadeadas por gestores escolares no ensino médio integral de Pernambuco, diante das demandas de uma agenda de políticas educacionais notadamente influenciada por resultados de avaliações em larga escala, conforme atestam estudos desenvolvidos sobre o tema (GERMANO, 2015; SILVA, 2017; NASCIMENTO, 2019).

A partir de revisão da literatura, são apresentados trabalhos de pesquisa que já corroboram com essa reflexão, cujas buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tem-se como objetivo principal analisar os desafios que a política de avaliação em larga escala vem causando no cotidiano das escolas, no que se refere à responsabilização do gestor pelos resultados obtidos pela escola. O texto apresenta dados parciais de pesquisa em andamento, tendo optado pela abordagem qualitativa. Pretende-se que este trabalho constitua um diferencial qualitativo que venha a somar às produções acadêmicas científicas que integram o campo de avaliação educacional, e que desencadeie reflexão dos gestores escolares que atuam no ensino médio integral, com vistas a constituir contributo para a melhoria da qualidade da educação.

DESENVOLVIMENTO

A Política de Avaliação Educacional em larga escala da educação básica vem ocorrendo no Brasil desde a década de 1990. A partir dos anos 2000 esta modalidade de avaliação se intensificou nos estados e municípios, tendo como uma das principais expressões a utilização de testes patronizados, especificamente aplicados nas disciplinas de Português e Matemática. Para Schneider e Rostirola (2015), “o Estado passou a fiscalizar e avaliar os resultados obtidos

em testes externos (à escola e ao país), impulsionando uma espécie de competição entre as instâncias sob seu domínio”.

Nesse mesmo sentido, Freitas (2012) considera que essas avaliações

dirigem o olhar de professores, administradores e estudantes. Se o que é valorizado em um exame são a leitura e a matemática, a isso eles dedicarão sua atenção privilegiada, deixando os outros aspectos formativos de fora. Quais as consequências para a formação da juventude? A escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (FREITAS, 2012, p. 389).

Nesse cenário de Avaliação em larga escala e gestão por resultados que a política de avaliação educacional em Pernambuco se fundamenta, a melhoria do desempenho escolar tem se constituído eixo central dos projetos e programas voltados especialmente ao ensino médio nesta unidade federativa. A utilização de uma política própria de avaliação constitui o cerne da diretriz que tem orientado as ações desenvolvidas com o propósito de promover melhorias nos resultados pelos alunos do ensino médio. Para materializar esse interesse, o governo optou por impulsionar a efetivação do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). A versão inicial do SAEPE a partir de 2000, somente em 2007 a política ganha força como parte da ação do estado.

Uma das dimensões do SAEPE é o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), que é instituído como indicador sintético de qualidade da educação pública estadual. É com base nesse indicador que o poder público tem dimensionado a evolução dos resultados educacionais obtidos por cada escola, ano a ano. Pois bem, são os dados do IDEPE que determinam a premiação das escolas e a concessão de bônus aos docentes supostamente melhores. Para alcançar os resultados estipulados, as escolas executam procedimentos de controle, na expectativa de serem premiadas via política de bonificação em vigor.

Diante do exposto, com a avaliação em larga escala adentrando as políticas educacionais e os currículos escolares e moldando a gestão escolar de acordo com a política de responsabilização por parte da nova visão de educação por resultados as pesquisas durante esse período tem impulsionado um número grande de publicações e estudos produzidos. No quadro a seguir, apresentaremos os resultados de estudos contemplados pela pesquisa.

Entre as 26 produções acadêmicas selecionadas, quatro tratam mais especificamente do objetivo apresentado no presente trabalho. Em Silva (2017), a dissertação da autora analisou

“A qualidade da Educação na concepção de gestores escolares de Pernambuco: um estudo em escolas com índices elevados em avaliação” a pesquisadora aborda como a gestão entende o significado de qualidade na educação a partir dos resultados das avaliações externas como IDEPE e Ideb.

Para Santos (2016) na sua dissertação traz elementos sobre os objetivos da política de avaliação centrada unicamente para os resultados das avaliações externas com foco no IDEPE, e as bonificações recebidas nas escolas que conseguem as metas traçadas pela secretaria de educação da referida rede.

Em Silva (2016), traz na sua dissertação o programa de modernização da gestão pública do Estado de Pernambuco e a política de bônus: o olhar de professores e gestores da GRE Mata Sul. Também na sua pesquisa as influências das avaliações no programa de gestão da rede estadual e as implicações da agenda focada nos resultados das avaliações.

Na dissertação de Melo (2015), “Quando Vai Falar de IDEPE, Você Fala de Bônus” – As Influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) Nas Escolas Estaduais”. O estudo revelou também que a partir da implantação do IDEPE e do Bônus de Desempenho criou-se uma cultura de competição e atrelado a isso o ranqueamento entre as escolas.

Compreende-se, com base nesses levantamentos bibliográficos, que os estudos sobre a relação da avaliação como aspectos, como resultados educacionais e premiação para as escolas se intensificaram na política educacional de Pernambuco.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, as pesquisas demonstraram uma crescente mudança no perfil do diretor escolar para que os resultados das avaliações em larga escala pudessem ser alcançados. Tais evidências necessitam de mais aprofundamento em pesquisas acadêmicas para que contribua para uma melhor reflexão do papel da avaliação em larga escala e da função da gestão escolar no contexto educacional, esses resultados refletem como o Estado avaliador legitimou e modificou os objetivos reais da educação na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: de desmoralização do magistério à destruição dos sistemas público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.33, n.119, p.376-404, abr.jun.2012.

GERMANO, B. da N. Avaliação de impacto da política de gestão por resultados do Pacto pela Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

MELO, D. V. de. Quando Vai Falar de IDEPE, Você Fala de Bônus” – As Influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) Nas Escolas Estaduais. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

NASCIMENTO, T. F. C. de Ensino médio integral ou integrado e a gestão por resultados: entre a mercadorização do ensino e a educação pública de qualidade. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria da Educação. SAEPE – 2011/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2011), Juiz de Fora, 2011 – Anual.

PERNAMBUCO. Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: módulo XII- políticas de responsabilização educacional/secretaria de Educação – Recife: Secretaria de Educação do Estado 2012.

SCHNEIDER; ROSTIROLA. Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. *RBPAE* - v. 31, n. 3, p. 493 - 510 set./dez. 2015.

SANTOS, M. L. S. dos. Políticas de avaliação educacional no estado de Pernambuco: contra números, há argumentos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SILVA, A. M. da. A qualidade da educação na concepção de gestores escolares de Pernambuco: um estudo em escolas com índices elevados em avaliação. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SILVA, C. G. da. O programa de modernização da gestão pública do Estado de Pernambuco e a política de bônus: o olhar de professores e gestores da GRE Mata Sul. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.